

RECEITAS TRIBUTÁRIAS

IMPOSTOS

Imposto de Renda Retido nas Fontes – IRRF

Portaria STN/MF nº 212, de 04/06/2001.

Portaria STN/MF nº 300, de 27/06/2002.

Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA

Constituição da República Federal do Brasil (art. 155, inciso I, alínea “c”), de 05/10/1988.

Emenda Constitucional nº 3, de 17/03/1993.

Lei Estadual nº 7.131/2002 – Lei do IPVA

Lei Estadual nº 7.571/2004 – Isenção

Lei Estadual nº 7.572/2004 – Parcelamento

Lei Estadual nº 7.655/2004 – Anistia

Lei Estadual nº 7.830/2005 – Parcelamento de Débitos Fiscais

Lei Estadual nº 8.740/2012 – Parcelamento com Dispensa de Juros e Multas de IPVA

Lei Estadual nº 9.382/2011 – Remissão IPVA e Taxas

Lei Estadual nº 9.451/2011 – Remissão IPVA e Taxas

Lei Estadual nº 9.928/2012 – Altera a Lei nº 7.131, que trata do IPVA.

Lei Estadual nº 9.678/2012 – Redução de Juros e Multas de Mora e sobre o Parcelamento de Débitos Tributários

Lei Estadual nº 10.068/13 – Altera a Lei nº 7.131, que trata do IPVA.

Lei Estadual nº 10.230/13 – Altera a Lei nº 7.131, que trata do IPVA.

Lei Estadual nº 10.312/2014 – Aprova a Medida Provisória nº 215

Lei Estadual nº 10.376/2014 – Parcelamento de Pagamento do IPVA

Lei Estadual nº 10.446/2014 – Alteram as Leis nºs 6.379, 7.131, 10.094 e dá outras providências.

Medida Provisória nº 210/2013 – Trata do IPVA com modificação da Lei nº 7.131, de 05/07/2002.

Medida Provisória nº 226/2014 – Trata do IPVA com modificação da Lei nº 7.131, de 05/07/2002.

Imposto sobre a Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Bens ou Direitos – ITCD

Constituição da República Federativa do Brasil (artigo 155, inciso I, alínea “a”), de 05/10/1988.

Emenda Constitucional nº 3, de 17/03/1993.

Lei Estadual nº 5.123/89 - Lei do ITCD

Lei Estadual nº 10.136/13 – Altera a Lei nº 5.123, do ITCD, de 27/01/1989.

Decreto nº 32.396/2011 – Doações Relativas - Programa Minha Casa Minha Vida

Imposto sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal de Comunicação – ICMS

Constituição da República Federativa do Brasil (Artigo 155, Inciso I, Alínea “b”), de 05/10/1988.

Emenda Constitucional nº 3, de 17/03/1993.

Lei Estadual nº 6.379/96, que trata do ICMS com as modificações até a Lei Estadual nº 8.613, de 30/06/2008.

Lei Estadual nº 6.698/98 – ANISTIA

Lei Estadual nº 6.700/98 – Participação Municípios

Lei Estadual nº 7.331/03 – TRADE SOCIAL

Lei Estadual nº 7.332/03 – PARAIBASIM

Lei Estadual nº 7.334/03 – Altera Lei do ICMS

Lei Estadual nº 7.337/03 – REFIS

Lei Estadual nº 7.487/03 – Escrituração Fiscal Digital

Lei Estadual nº 7.611/04 – FUNCEP

Lei Estadual nº 7.654/04 – Remissão Camará

Lei Estadual nº 7.695/04 – REFIS II

Lei Estadual nº 7.727/05 – Gol de Placa

Lei Estadual nº 7.755/05 – Educação Habitação

Lei Estadual nº 7.757/05 – Redução da Correção Monetária de Débitos Fiscais do ICMS

Lei Estadual nº 7.866/05 – Distrito Industrial

Lei Estadual nº 7.867/05 – Dispõe sobre a Dispensa de Juros e Multas

Lei Estadual nº 8.023/06 – Subvenção da Tarifa de Energia Elétrica

Lei Estadual nº 8.024/06 – Remissão Parcial da Correção Monetária

Lei Estadual nº 8.083/06 – Remissão Comunicação

Lei Estadual nº 8.206/07 – Altera a MP 49/07 Remissão

Lei Estadual nº 8.236/07 – Parcelamento

Lei Estadual nº 8.247 - Altera a Lei nº 6.379, de dezembro/96.

Lei Estadual nº 8.292/07 - Incorpora Legislação do Super Simples

Lei Estadual nº 8.510/08 – Altera a Lei nº 6.379, de dezembro/96.

Lei Estadual nº 8.567/08 – Programa Gol de Placa

Lei Estadual nº 8.664/08 – Remissão Veículos Leasing

Lei Estadual nº 8.763/09 – Acelera Paraíba

Lei Estadual nº 8.812/09 – Revoga a Lei EFD

Lei Estadual nº 8.814/09 – Redução da Base de Cálculo Simples Nacional

Lei Estadual nº 8.815/09 - Parcelamento de Débitos Fiscais

Lei Estadual nº 9.054/10 – Regime Especial Cooperativa de Mineradores

Lei Estadual nº 9.057/10 – Selo Fiscal Vasilhame

Lei Estadual nº 9.164/10 – Altera a Lei de Parcelamento nº 8.815/09.

Lei Estadual nº 9.195/10 – Concede Remissão de Débitos Fiscais

Lei Estadual nº 9.201/10 - Altera a Lei nº 6.379, de dezembro/96.

Lei Estadual nº 9.328/10 – Altera a Lei nº 6.379, de dezembro/96.

Lei Estadual nº 9.337/10 – Altera a Lei nº 6.379, de dezembro/96.

Lei Estadual nº 9.339/11 – Parcelamento do ICMS

Lei Estadual nº 9.382/11 – Remissão do IPVA e Taxas

Lei Estadual nº 9.384/11 – Altera a Lei do Parcelamento

Lei Estadual nº 9.550/11 – Altera Dispositivos da Lei nº 6.379

Lei Estadual nº 9.582/11 – Compras Internet

Lei Estadual nº 9.600/11 – Disciplina a Participação

Lei Estadual nº 9.659 – Dispensa de Juros, Multas e Remissão Parcial do ICMS.

Lei Estadual nº 9.676/12 – Dispensa de Juros e Multas de Mora Relacionados ao ICMS.

Lei Estadual nº 9.679/12 - Concede Redução nas Bases de Cálculo, em Relação às Operações,

realizadas por Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte.

Lei Estadual nº 9.883/12 – Altera a Lei nº 6.379, de dezembro/96.

Lei Estadual nº 9.884/12 – Altera a Lei nº 6.379, de dezembro/96.

Lei Estadual nº 9.932/12 – Programa de Estimulo à Cidadania Fiscal.

Lei Estadual nº 9.933/12 – Altera as Leis nº 6.379 de dezembro/96 e a Lei nº 7.611 de Junho/04

Lei Estadual nº 9.976/13 – Altera a Lei nº 6.379, de dezembro/96.

Lei Estadual nº 10.008/13 – Altera a Lei nº 6.379, de dezembro/96.

Lei Estadual nº 10.094/13 - Dispõe sobre o PAT – Processo Administrativo Tributário

Lei Estadual nº 10.231/13 – Altera a Lei nº 8.567, de junho/08, que dispõe sobre o Programa Gol de Placa.

Lei Estadual nº 10.312/14 – Aprova a Medida Provisória nº 215

Lei Estadual nº 10.341/14 – Dispõe sobre a Dispensa ou a Redução de Juros, Multas e demais acréscimos.

Lei Estadual nº 10.446/14 – Alteram as Leis nºs 6.379, 7.131, 10.094, e dá outras providências.

TAXAS

Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia

Constituição da República Federativa do Brasil (artigo 145, inciso II), de 05/10/1988.

Lei Estadual nº 5.127/1989 – Lei de Taxas com as alterações introduzidas pelas Leis de 27/01/1989

Lei Estadual nº 6.393/1996 – Lei Taxa Polícia

Lei Estadual nº 6.574/1997 – Nova Redação da Lei Taxa Policia

Portaria STN/MF nº 300, de 27/06/2002.

Taxas pela Prestação de Serviços

Constituição da República Federativa do Brasil (artigo 145, inciso II), de 05/10/1988.

Lei Estadual nº 5.127/1989

Lei Estadual nº 7.656/2004 – Redução Taxas DETRAN

Portaria STN/MF nº 300, de 27/06/2002.

Multas

Lei Estadual nº 6.379/1996

Portaria STN/MF nº 300, de 27/06/2002.

CONTRIBUIÇÕES

Contribuição de Melhoria

Constituição da República Federativa do Brasil (Artigo 145, inciso III), de 05/10/1988.

Lei Estadual nº 5.124/89

Processo Administrativo Tributário – PAT

Lei Estadual nº 10.094/13

TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS

Transferências Federais

Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE

Constituição da República Federativa do Brasil (Artigo 159, inciso I, alínea “a”), de 05/10/1988.

Lei Complementar nº 62, de 28/12/1989.

Lei Complementar nº 71, de 03/09/1992.

Portaria Interministerial nº 213, de 02/09/1997.

Lei Complementar nº 143/2013, de 17/07/2013 – Altera a Lei Complementar nº 62, de 28/12/1989, a Lei nº 25/10/1966 (Código Tributário Nacional), e a Lei nº 8.443, de 16/07/1992 (Lei Orgânica do

Tribunal de Contas da União), para dispor sobre os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE. Revoga também a Lei nº 5.172, de 25/10/1966.

Cota-Parte do Imposto sobre Produtos Industrializados – Estados Exportadores de Produtos Industrializados

Constituição da República Federativa do Brasil (Artigo 159, inciso II), de 05/10/1988.

Lei Complementar nº 61, de 26/12/1989.

Portaria STN/MF nº 326, de 27/08/2001.

Portaria STN/MF nº 300, de 27/06/2002.

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB

Emenda Constitucional nº 53, de 20/12/2006.

Lei Federal nº 11.494, de 20/06/2007.

Decreto nº 6.091, de 24/04/2007.

Portaria nº 1.459, de 30/12/2010.

Portaria nº 538-A, de 26/04/2010.

Portaria MEC nº 213, de 02/03/2011.

Portaria MEC nº 380, de 06/04/2011.

Portaria Interministerial MEC nº 477, de 28/04/2011.

Portaria Interministerial nº 1.721, de 07/11/2011.

Portaria Interministerial nº 1.809, de 28/12/2011.

Medida Provisória nº 562, de 20/03/2012.

Portaria MEC nº 437, de 20/04/2012

Lei Federal nº 12.695, de 25/07/2012 – Dispõe sobre o Apoio Técnico ou Financeiro da União no âmbito do Plano de Ações Articuladas.

– Altera a Lei nº 11.947, de 16/06/2009, que dispõe sobre a inclusão dos polos presenciais do Sistema de Universidade Aberta do Brasil na

assistência financeira do Programa Dinheiro Direto na Escola.

- Altera a Lei nº 11.494, de 20/06/2007, que dispõe sobre contemplar com recursos do FUNDEB as instituições comunitárias que atuam na educação do campo.

- Altera a Lei nº 10.880, de 09/06/2004, que dispõe sobre a assistência financeira da União no âmbito do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento a Educação de Jovens e Adultos.

Resolução nº 7, de 26/04/2012.

Resolução nº 8, de 25/07/2012.

Portaria MEC nº 344, de 24/04/2013.

Portaria Interministerial nº 1.496, de 31/12/2012.

Portaria nº 32, de 13/08/2014.

Resolução/MEC nº 1, de 24/07/2014.

Portaria SEB/MEC nº 27, de 18/07/2014.

Portaria MEC nº 364, de 28/04/2014.

Cota-Parte da Contribuição do Salário-Educação

Lei PR nº 4.440, de 27/10/1964 – Institui o Salário Educação.

Lei PR nº 9.424, de 24/12/1996.

Constituição da República Federativa do Brasil (Artigo 212, Parágrafo 5º), de 05/10/1988.

Lei PR nº 9.766, de 18/12/1998 – Dispõe sobre o Salário-Educação.

Lei PR nº 10.832, de 29/12/2003 – Altera a Lei nº 9.424 de 24/12/1996 e a Lei 9.776, de 18/12/1998

Emenda Constitucional nº 53, de 15/12/2006.

Decreto nº 6.003, de 28/08/2006.

Portaria nº 145, de 19/03/2009.

Portaria nº 39, de 06/02/2015 – Divulga os coeficientes de distribuição e a estimativa anual de

repasses das quotas estaduais e municipais do salário-educação a vigorar no exercício de 2015.

Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS

Constituição Federal (Artigos 196 a 200), de 05/10/1988.

Lei nº 8.142, de 28/12/1990.

Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/2000.

Portaria STN/MF nº 326, de 27/08/2001.

Portaria STN/MF nº 300, de 27/06/2002.

Portaria nº 399, de 22/02/2006.

Portaria GM nº 1.073, de 23/07/2015 – Dispõe sobre a reprogramação e remanejamento no âmbito de blocos de financiamento de que trata o artigo 4º, da Portaria nº 204/GM/MS, de 29/01/2007, de saldos financeiros disponíveis até 31/12/2014 nos Fundos de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE

Portaria STN/MF nº 326, de 27/08/2001.

Portaria STN/MF nº 300, de 27/06/2002.

Portaria FNDE nº 344, de 10/10/2008.

Resolução nº 11, de 03/04/2009.

Resolução nº 19, de 24/04/2009.

Lei Federal nº 11.947, de 16/06/2009.

Resolução nº 43, de 11/08/2009.

Resolução nº 41, de 27/07/2011.

Decreto nº 7.507, de 27/06/2012.

Resolução nº 44, de 05/09/2012.

Decreto nº 7.892, de 23/01/2013.

Portaria Interministerial nº 4, de 07/05/2013.

Resolução/CD/FND nº 31, de 22/07/2013.

Resolução/CD/FND nº 32, de 02/08/2013.

Lei nº 12.982, de 28/05/2014 – Altera a Lei nº 11.947, de 16/06/2009, que determina o provimento de alimentação e adequada aos alunos portadores de estado ou de condição de saúde específica.

Lei nº 13.005, de 25/06/2014 – Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE.

Transferência Financeira – Lei Complementar nº 87/1996 (LEI KANDIR)

Lei Complementar nº 87, de 13/09/1996 – Dispõe sobre o Imposto dos Estados e do Distrito Federal Sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.

Portaria STN/MF nº 326, de 27/08/2001.

Portaria STN/MF nº 300, de 27/06/2002.

Lei Complementar nº 114, 16/12/2002 – Altera a Lei nº 87.

Cota-Parte do Fundo Especial – PETROBRÁS

Lei Federal nº 7.525, de 22/07/1986.

Portaria STN/MF nº 300, de 27/06/2002.

Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE

Lei Federal nº 10.336, de 19/12/2001.

Lei Federal nº 10.866, de 04/05/2004.

Lei Federal nº 10.925, de 26/05/2004.

Emenda Constitucional nº 44, de 30/06/2004.

Lei Federal nº 11.196, de 21/05/2005.

Decreto nº 6.446, de 02/05/2008.

Decreto nº 6.095, de 04/02/2010.

Decreto nº 7.591, de 28/10/2012.

Decreto nº 7.764, de 22/06/2012.